

# MARCIO MOREIRA ALVES

de Brasília

GLOBO



## A luta pelo Sarah

• O assunto quente de hoje seriam as discussões em torno da lei que cria a Agência Nacional do Petróleo e o Conselho Nacional de Política Energética, que tratamos na coluna de ontem. Surge, no entanto, um problema mais urgente. O presidente Fernando Henrique tem prazo até sexta-feira para vetar ou não o recebimento da verba da Rede Sarah de Hospitais diretamente do Tesouro. Há grande pressão corporativista para que vete.

A história é simples: em 1991, a Rede Sarah, que pertence à Associação das Pioneiras Sociais, conseguiu do Congresso ser transformada em uma organização social autônoma, sob a supervisão do Ministério da Saúde e auditoria financeira do Tribunal de Contas da União. Essa solução permitiu que o hospital escapasse dos privilégios e das limitações do funcionalismo. O seu pessoal é recrutado através de concursos nacionais, recebe salários de mercado, que são maiores que os dos funcionários do ministério, mas é obrigado à dedicação em tempo integral e pode ser despedido caso a sua avaliação de competência seja insatisfatória. Ou seja: nenhum médico do Sarah pode ter consultório particular ou ser relaxado.

Por que os concursos da Rede Sarah, que hoje, além de Brasília, tem hospitais em São Luiz, Salvador e Belo Horizonte e está construindo outros dois, são tão concorridos? Elementar: há uma grande quantidade de profissionais da saúde que querem tratar direito

nícios e acrescentar as despesas com planos de saúde, que são abatidas do imposto de renda. Ao examinar os orçamentos dos hospitais, é preciso saber se eles incluem os serviços terceirizados, como vigilância, lavanderia, limpeza etc. No Sarah, incluem.

Nos últimos anos na má vontade dos burocratas da saúde com o péssimo exemplo do Sarah materializou-se em contingenciamentos dos seus orçamentos. As obras do hospital de Fortaleza, por exemplo, tiveram de ser interrompidas. Para se defender de sabotagens, o criador da Rede Sarah, Aluísio Campos da Paz, obteve do Congresso a aprovação da transferência das suas verbas diretamente do Tesouro para o seu caixa. É essa transferência que o presidente Fernando Henrique está sendo aconselhado a vetar, o que, no mínimo, deixará a Rede vários meses sem orçamento e, portanto, sob ameaça de deixar de funcionar.

O ministro Clóvis Carvalho, favorável ao voto, apresenta as suas razões:

de seus pacientes e não podem fazê-lo na maioria dos outros hospitais públicos. Além disso, ter no currículo uma passagem pelo Sarah valoriza o profissional. A sua produção científica é reconhecida internacionalmente.

Na Rede Sarah os almoxarifados são controlados pela informática, não falta material para nada e todo o tratamento é gratuito.

É claro que a existência de um hospital que prova ser possível atender humanamente e com eficiência os cidadãos, cria uma comparação constrangedora para quem quer um ministério da doença e vive da exploração dos pacientes. As acusações são várias e, para as mais freqüentes, o Sarah até fez uma cartilha com desenhos para respondê-las. Dizem, por exemplo, que o Sarah recebeu, em 1995, 115 milhões, mais que o gasto do SUS com todos os hospitais de Brasília.

A verdade é que foi toda a Rede Sarah que recebeu essa importância, para os seus quatro hospitais, com 800 leitos. A manutenção da rede custou 79 milhões. Os outros 35 milhões foram usados na construção dos hospitais novos. O SUS realmente gastou 87 milhões com os hospitais públicos e particulares e com os postos de saúde do DF. Mas o orçamento total da saúde no DF foi de 779 milhões. Daria para manter 39 Sarahs. Apesar dessa despesa, a maioria dos órgãos federais de Brasília mantém convênios com os hospitais particulares e pagam pela assistência prestada aos servidores. O próprio aparelho do Estado não confia na rede pública. Mas confia no Sarah. Os parlamentares e altos funcionários que têm problemas de ortopedia, pessoais ou na família, correm logo para o hospital-padrão.

Para saber quais são os gastos públicos com saúde é preciso somar as despesas federais com as dos estados e mu-

1. O voto teria sido aconselhado pelos ministérios do Planejamento e da Saúde, porque o repasse direto desorganizaria a estrutura administrativa do Governo. O ministro da Saúde, Carlos César Albuquerque, garantiu a ministros do TCU que não recomendou o voto.

2. A proposta seria ilegal, por conflitar com a Lei nº 8.246, que deu autonomia à Rede Sarah, em 1991, e com o decreto que a regulamentou, dois meses depois. A lei prevê ficarem os hospitais sob supervisão do Ministério da Saúde, com o seu orçamento incluído em uma rubrica específica do próprio ministério. Campos da Paz diz que o dispositivo trata de supervisão técnica e não administrativa e que o Congresso tem poderes para mudar o decreto, como fez.

3. O Governo quer multiplicar o modelo dos organismos sociais com gestão privada, sem autorização do Congresso, e se todos se relacionarem diretamente com o Ministério da Fazenda, cria-se uma balbúrdia administrativa.

4. A Lei nº 8.246 prevê que a Rede Sarah apresente anualmente ao ministério o seu relatório de cumprimento do contrato de gestão, o que não teria sido feito nos últimos anos.

5. O Sarah não precisaria da medida excepcional que obteve do Congresso. Tanto o ministro Malan como o ministro Albuquerque prometeram ao Dr. Campos da Paz tratá-lo com equidade.

A direção da Rede Sarah tem cumprido o contrato de gestão e tem cópia dos relatórios para mostrar a quem se interessar. Mentiram ao ministro Clóvis, como se tem mentido a muita gente mais a respeito do Sarah.

Criar um centro de excelência médica é difícil. Destruí-lo, é obra de pouco tempo. Basta um voto.

E-mail para esta coluna:  
alves@rudah.com.br